

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2016

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Iniciativa:

Ementa:

Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil.

Explicação da Ementa:

Altera o Código Penal, para caracterizar e tipificar o crime da exploração do trabalho infantil, como explorar, de qualquer forma, ou contratar, ainda que indiretamente, o trabalho de menor de 14 (catorze) anos em atividade com fim econômico.

Assunto: Política Social - Proteção Social

Data de Leitura: 09/06/2016

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: À Câmara dos Deputados

Último estado: 14/02/2017 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Despacho:

09/06/2016 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senadora Simone Tebet (encerrado em 07/12/2016 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

13/11/2018 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: À COARQ.

14/02/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício SF nº 75, de 13/02/2017, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls.29 a 31).

07/02/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fls. 27 e 28).

TRAMITAÇÃO

03/02/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários**Situação:** APROVADA**Ação:** Anunciado o término do prazo, em 16 de dezembro de 2016, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação pelo Plenário.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão competente, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

*Publicado no DSF Páginas 576***16/12/2016** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Encaminhado ao Plenário.**16/12/2016** SF-SGM - Secretaria Geral da Mesa**Ação:** Juntado texto final revisado (fls. 24 e 25).**12/12/2016** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** À Corele.**09/12/2016** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Prazo: Interposição de recurso (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF)

De 12/12/2016 a 16/12/2016

08/12/2016 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários**Situação:** AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**Ação:** Encaminhado à publicação o Parecer nº 953, de 2016-CCJ, relatora Senadora Simone Tebet, favorável, com Emenda nº 1-CCJ. Recebimento do Ofício nº 121/2016-CEDN, comunicando a aprovação da matéria em caráter terminativo.

Abertura do Prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno do Senado Federal

*Publicado no DSF Páginas 501-513***07/12/2016** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)**Ação:** Aguardando leitura de parecer da CCJ.**07/12/2016** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação:** À SLSF, para prosseguimento da tramitação.**07/12/2016** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Situação:** APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES**Ação:** Na 43ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

TRAMITAÇÃO

Anexei o Texto Final do PLS nº 237, de 2016.

Anexei o Ofício nº 121/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. nº 22).

24/08/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 32ª Reunião Ordinária realizada nesta data, a Senadora Simone Tebet faz a leitura do seu Relatório. A Presidência adia a votação do Projeto.

23/08/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido, às 16h35min, o relatório reformulado pela Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

05/08/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

03/08/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, às 9h14min, o Relatório da Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

02/08/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relatora da matéria a Senadora Simone Tebet.

20/06/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

13/06/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de emendas:
Primeiro dia: 13/06/2016.
Último dia: 17/06/2016.

10/06/2016 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

TRAMITAÇÃO

09/06/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Ação: Este processo contém 4 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.

09/06/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 197-201

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 237/2016

Data: 09/06/2016

Autor: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Local: null

Descrição/Ementa: Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil.

Avulso inicial da matéria

Data: 09/06/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 03/08/2016

Autor: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 9h14min, o Relatório da Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 23/08/2016

Autor: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 16h35min, o relatório reformulado pela Senadora Simone Tebet, com voto pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.
Matéria incluída na Pauta da Comissão.

Parecer

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2016

DOCUMENTOS

Data: 07/12/2016**Autor:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS)**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 43ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

Anexei o Texto Final do PLS nº 237, de 2016.

Anexei o Ofício nº 121/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. nº 22).

Parecer

Data: 07/12/2016**Autor:** -**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 43ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

Anexei o Texto Final do PLS nº 237, de 2016.

Anexei o Ofício nº 121/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. nº 22).

Anexo

Data: 07/12/2016**Autor:** -**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 43ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

Anexei o Texto Final do PLS nº 237, de 2016.

Anexei o Ofício nº 121/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. nº 22).

Descrição/Ementa: Lista de presença

Anexo

Data: 07/12/2016**Autor:** -**Local:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**Ação Legislativa:** Na 43ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, relatados pela Senadora Simone Tebet.

Anexei o Texto Final do PLS nº 237, de 2016.

Anexei o Ofício nº 121/2016- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art. 91, § 2º c/c art. 92 do RISF (fl. nº 22).

Descrição/Ementa: Votação nominal

Avulso de parecer

Data: 08/12/2016**Autor:** -

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2016

DOCUMENTOS

Local: Secretaria de Atas e Diários

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Parecer nº 953, de 2016-CCJ, relatora Senadora Simone Tebet, favorável, com Emenda nº 1-CCJ. Recebimento do Ofício nº 121/2016-CEDN, comunicando a aprovação da matéria em caráter terminativo. Abertura do Prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º do Regimento Interno do Senado Federal

Descrição/Ementa: Parecer nº 953/2016-CCJ

Texto final revisado - Projeto

Data: 16/12/2016

Autor: -

Local: Secretaria Geral da Mesa

Ação Legislativa: Juntado texto final revisado (fls. 24 e 25).

Autógrafo - PLS 237/2016

Data: 14/02/2017

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 75, de 13/02/2017, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls.29 a 31).

Descrição/Ementa: Acrescenta o art. 207-A ao Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil.